
Reflexões sobre a ética e a sua presença nos cursos de Administração de Empresas

Lucimar da Silva Itelvino

Mestre pelo PPGE – Uninove.
São Paulo – SP [Brasil]

Em decorrência do atual momento político brasileiro, nunca se ouviu falar tanto sobre ética e sua aplicação. Nesse sentido, o principal objetivo deste artigo é propor um debate sobre ética, abordando algumas das possíveis definições que circulam no meio acadêmico e estabelecendo um paralelo entre elas e o conceito de moral. Intenta-se ainda localizar a disciplina Ética na grade dos cursos de graduação, como elemento formador dos profissionais que atuarão no mercado.

Palavras-chave: Ensino. Ética. Moral.

1 Introdução

Observamos que a ética tem sido, com certa frequência, tema cada vez mais presente em nosso cotidiano. Nesse contexto, os preceitos éticos têm se constituído eixo que baliza e, ao mesmo tempo, fornece elementos para que se analisem as relações sociais entre os seres humanos na sociedade civil e política. Por isso, a reflexão sobre a ética tem servido como ponto de partida para a tomada de decisões importantes, seja na vida pessoal ou na pública. No campo profissional, seu conhecimento e prática têm se tornado referência paradigmática para a conduta e o comportamento humanos.

Nesse sentido, movido pela crença de que os paradigmas mudam e de que a sala de aula deve ser palco permanente do processo de cultivo e germinação dessa transformação, tomo as palavras de Paulo Freire para justificar minha decisão de participar do ensino da ética nos cursos de Administração de Empresas.

A curiosidade como inquietação indagadora, inclinação ao desvelamento de algo, pergunta verbalizada ou não, procura de esclarecimento e sinal de atenção sugestivo de alerta é parte integrante do fenômeno vital. “Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos.” (FREIRE, 2003a, p. 32).

2 Objetivo

Neste trabalho, pretende analisar a questão da ética na formação dos alunos dos cursos de Administração, além de propor uma discussão sobre essa matéria, abordando algumas das possíveis definições que circulam no meio aca-

dêmico e estabelecendo um paralelo entre elas e o conceito de moral.

2.1 Objetivo específico

Analisar ementas da disciplina ética profissional dos cursos de administração.

2.2 Metodologia

O referencial teórico desta pesquisa construiu-se ancorado na pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo, selecionando algumas categorias-chave, como ética e moral e tendo, como parâmetro de observação, tanto as ementas da disciplina ética profissional dos cursos de administração quanto à sistematização das leituras sobre as questões éticas e morais.

Na primeira parte, contextualizou-se historicamente o ensino da ética nos cursos de Administração de Empresas. Posteriormente, abordaram-se conceitos operatórios amplos, como a definição do conceito de ética, numa aproximação que vai, de forma elementar, da filosofia (ARISTÓTELES, 1982, 1991) à sociologia (DURKHEIM, 1978), enfatizando, por motivos práticos, alguns estudos clássicos que se voltaram, na especificação do conceito de ética, para a educação (FREIRE, 2000b, 2001 e 2003a; RIOS, 1999 e 2002; WEBER, 1999; BOFF, 1997; VASQUEZ, 1995; SAVATER, 1993); para os conceitos de ética e moral, aplicados ao ensino da ética na Administração de Empresas (LEISINGER; SCHMITT, 2001; NASH, 2001; SROUR, 1998, 2000; TEIXEIRA, 1991; ARRUDA, 2001 et al.) e, finalmente, para as ementas curriculares.

2.3 Relevância

A importância desta investigação está no fato de a ética ser disciplina básica da formação do aluno do curso de Administração de

Empresas, formalizada mediante as diretrizes curriculares.

2.3.1 Contextualização histórica do ensino da ética nos cursos de Administração de Empresas.

O Curso de Administração de Empresas surgiu da necessidade de formar profissionais capazes de acelerar o processo de desenvolvimento que se instalou no país em decorrência da transformação da sociedade, que passou a migrar do campo para a indústria, como consequência de um processo de modernização que culminou na busca de mão-de-obra qualificada, formada por profissionais aptos a exercer diferentes funções empresariais. Diante dessas mudanças, percebeu-se que seria necessário que o sistema escolar formasse um profissional de administração que atendesse a esse mercado industrializado.

A formação do profissional de Administração de Empresas tornou-se possível

com a regulamentação da profissão, por meio da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que garantiu, aos portadores de títulos expedidos pelo sistema universitário, acesso a esse mercado de trabalho. Com a regulamentação da profissão e a expansão dos cursos superiores, várias instituições abriram o curso de administração no Brasil, mediante orientação da Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC), que institucionalizou um currículo mínimo para os cursos de graduação em administração, em 1966. Já em 1993, estabeleceu-se um padrão unitário entre as diferentes instituições.

Esse procedimento foi reformulado em 24 de novembro de 1995, com a Lei 9.131, art. 9º, parágrafo 2º, alínea c, que conferiu à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) a competência para a elaboração do projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), com propostas enviadas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação ao CNE, pelo inciso

Ano	Universidade	Resumo
1941	Escola Superior de Administração de Negócios – Esan	Criação do primeiro curso de Administração, inspirado no modelo do curso da Graduate School of Business Administrations, da Universidade de Harvard.
1946	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP.	Ministrava cursos de Ciências Econômicas e Contábeis, em que eram apresentadas algumas matérias ligadas à Administração.
1952	Fundação Getúlio Vargas – Ebape/FGV, no Rio de Janeiro	Criação da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas.
1954	Escola Brasileira de Administração de Empresas de São Paulo – Eaesp	Escola vinculada à FGV, onde surgiu o primeiro currículo especializado em Administração, com o objetivo de formar especialistas em técnicas modernas de Administração.
A partir da década de 1960	FGV	Ministra cursos de pós-graduação nas áreas de Economia, Administração Pública e de Empresas.
1963	FEA/USP	Passa a oferecer cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública.

Quadro 1: Panorama histórico do curso de Administração de Empresas

Fonte: <www.crasp.org.br>

VII do art. 9º da nova LDB 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, publicada em 23 de dezembro do mesmo ano, que concedeu mais liberdade às instituições e ao programa curricular do curso de Administração, constantemente reformulado por publicações que buscam acompanhar os avanços e as vantagens do DCN sobre o currículo mínimo (Resolução CFE nº 2, de 04/10/97).

3 Cenário histórico da disciplina ética

Em 1992, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) sugeriu formalmente que todos os cursos de administração, em nível de graduação e pós-graduação, incluíssem em seu currículo a disciplina de Ética. Nessa ocasião, o Conselho Regional de Administração (CRA) e a Fundação Fides reuniram em São Paulo mais de cem representantes de faculdades de administração que, com boa disposição, comprometeram-se a seguir a instrução do MEC. (ARRUDA, 2001, p. 59).

A Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides), desde a sua criação em 1986, tem realizado diversos debates com empresários e intelectuais, que contribuem para o avanço da sociedade em torno dessa questão. Nessas reuniões, busca-se gerar reflexões sobre o comportamento ético e a humanização da sociedade. Foi o primeiro órgão a debater, em um simpósio internacional, os aspectos éticos em geral e, mais especificamente, da dívida externa, além de participar do primeiro simpósio realizado em São Paulo, em 1992, sobre “A ética no mundo da empresa”. Ambos deram

origem a publicações, entre elas, o livro da professora doutora Laura Nash, da Universidade de Harvard, intitulado *Ética empresarial: boas intenções à parte*, traduzido, na época, para o português. O Fides tem se envolvido, constantemente, em processos que buscam atrair intelectuais e empresários para essa nova vertente ética, com publicações, conferências e seminários, além de, no ano de 2001, ter dado continuidade a novas reflexões com o tema “Ética, o desafio para as organizações do século XXI”.

À medida que esses debates aconteciam, outras instituições se motivavam e agregavam pessoas interessadas em desenvolver reflexões sobre a proposta do MEC: inserir no currículo a disciplina ética. Para isso, foram mobilizados diversos órgãos, entre eles, a Secretaria Municipal da Cultura, que, em abril de 1991, realizaram um curso para tratar, especificamente, sobre esse assunto.

Em 1992, a Fundação Getúlio Vargas criou em São Paulo o primeiro Centro de Estudos de Ética nos Negócios (Cene), vinculado ao curso de Administração de Empresas, que, em 1997, passou a chamar-se Centro de Estudos de Ética nas Organizações, tendo não só desenvolvido pesquisas, mas também promovido seminários e publicações, como resultado de alguns eventos realizados, tais como o I Congresso Latino-Americano de Ética, Negócios e Economia, em 1998 e o II Congresso Mundial da Internacional Society of Business, Economics, and Ethics (Isbee), com o tema “Os desafios éticos da globalização”, realizado em 2000 pelo Cene-FGV-Eaesp.

Com o propósito de enfatizar os conteúdos da formação básica dos cursos de Administração de Empresas e, conseqüentemente, a importância da disciplina Ética, que, durante muitos anos, ficou agregada à disciplina Filosofia,

o MEC aprovou, formalmente, as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração, em que se estabeleceu a independência da disciplina Ética.

Com o objetivo de alicerçar a busca do conhecimento no processo pedagógico, adotou-se o livro como fonte de informações e principal recurso para as pesquisas dos alunos dos cursos de Administração. Nesse sentido, em 1996, a Comissão de Especialistas do Ensino da Administração (Ceead/Sesu/MEC), em conjunto com o Conselho Federal de Administração (CFA) e a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (Angrad) apresentaram, às instituições que contemplavam os cursos de Administração de Empresas, uma bibliografia de referência denominada Biblioteca Básica dos Cursos de Administração (ALVAREZ; ANDRADE, 2002, p. 11).

Na bibliografia básica dos cursos de Administração de Empresas, constam as disciplinas filosofia e ética como parte do mesmo ementário básico de referência apresentado pela Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (Angrad), conforme informações do *site* da Angrad em que se lê:

Fundamentos filosóficos. O conhecimento. A ciência. A política. A moral. Estética. Antropologia filosófica. Filosofia e educação. Filosofia e tecnologia. Lógica. Objetividade dos valores. Ética da administração, da empresa e do gerente. Cenários novos. As correntes filosóficas contemporâneas. (www.angrad.org.br).

Pode-se verificar que, embora, nos órgãos oficiais (CRA, CFA e Angrad), as disciplinas éti-

ca profissional e filosofia tenham sido apresentadas separadamente pelas diretrizes curriculares do curso de administração, essas matérias continuam aparecendo em um único ementário e seguindo uma mesma bibliografia básica.

4 Conceito de ética

Embora seja sempre mencionado na mídia, nas ações coletivas e discussões filosóficas em decorrência da atual situação política, o conceito de ética ainda é de difícil entendimento. Quando esse assunto é discutido, a maioria das pessoas tende a aceitar conceitos preestabelecidos, muitas vezes, baseados no senso comum, o que provoca, em algumas circunstâncias, interpretações ambíguas e equivocadas. Para evitar essa situação, procurou-se, neste artigo, a compreensão do termo ética.

A palavra ética vem do vocábulo grego *ethos*, que significa “caráter, modo de ser”. Vaz, segundo Rios (1999, p. 22) considera que “O *ethos* é a casa do homem [...] o espaço do *ethos*, enquanto espaço humano, não é dado ao homem, mas por ele construído ou incessantemente reconstruído.”

Rios (1999, p. 23) afirma que

A ética se apresenta como uma reflexão crítica sobre a moralidade, sobre a dimensão moral do comportamento do homem. Cabe a ela, enquanto investigação que se dá no interior da filosofia, procurar ver [...] claro, fundo e largo os valores, problematizá-los, buscar sua consistência.

Para Savater (1993, p. 31), a ética é “[...] a arte de saber-viver, ou a arte de viver [...]”, pois

está diretamente relacionada à liberdade que o sujeito tem de optar, e essa condição é inerente ao ser humano, visto que se concretiza no processo de inventar e escolher e, até mesmo, de se enganar na descoberta pela vida.

No pensamento de Boff (1997, p. 90), “[...] ética designa a morada humana [...]”. Isso significa dizer que os princípios e valores necessários à manutenção da vida humana reforçam a importância da ética como alicerce.

Queiroz (1985, p. 86) complementa essa definição ao escrever que “[...] a ética deve ser compromisso de vida, indo além dos códigos já estabelecidos, e nunca subterfúgio para fugir ao incerto, ao novo, ao ainda não institucionalizado.”

Rios (2002, p. 87) também argumenta afirmando que:

Define-se aqui a ética como uma reflexão de caráter crítico sobre os valores presentes na prática dos indivíduos em sociedade. É no domínio da ética que se problematiza o que é considerado bom ou mau numa determinada sociedade, que se questionam os fundamentos dos valores e que se aponta como horizonte o bem comum, sem dúvida histórico, mas diferente de um bem determinado por interesses particulares e, muitas vezes, insustentáveis.

Percebe-se, por essas definições, que a ética se encontra no campo da reflexão e estuda a moral (ou as morais, como preferem alguns) e suas moralidades, além de analisar, criticamente, as escolhas realizadas pelos indivíduos em situações reais. Ela é o ponto de partida para se vivenciar princípios universais, tais como justi-

ça, integridade, lealdade, bondade e outros. A incorporação ou não desses valores norteia a ação do homem em seu convívio com a sociedade, pois os comportamentos temporais são decorrentes do processo derivado do desenvolvimento histórico-social.

As relações sociais, que interligam os homens entre si, criam a necessidade de se definir regras de convivência, normas de relacionamento que estabeleçam limites a serem respeitados por todos. De acordo com Queiroz (1985, p. 88-89),

As regras de condutas nem sempre devem ser consideradas como sendo a própria ética, pois, muitas vezes, elas são espontâneas, não sistematizadas, com total mobilidade em decorrência das condições materiais da existência humana.

A vida em uma sociedade harmônica requer a existência de crenças morais que sejam compartilhadas e aceitas por todos, dando a cada indivíduo a possibilidade de conhecer o que é considerado uma conduta correta ou errada, lícita ou ilícita, garantindo, assim, a pacífica sociabilidade.

A preocupação com a vida em comunidade remete à filosofia e à condição básica de que o homem é um ser social e, portanto, precisa do outro para sobreviver. A ética se apóia, principalmente, na filosofia para refletir e buscar o entendimento sobre a moral, que, por não possuir um único conceito apenas, assume distintas conformações em espaços e tempos diversos. É um princípio que possibilita a análise de aspectos da moral e da moralidade. Além disso, busca responder às expectativas de uma sociedade, dando-lhe um parâmetro sobre o que é,

socialmente, “certo ou errado”. Essas diretrizes são de fundamental importância, pois é, no campo da moralidade, que a sociedade faz esses julgamentos.

A ética analisa os valores estabelecidos e reflete, num contexto histórico, sobre as relações humanas, com o intuito de compreender o sentido da vida; o seu propósito é a conscientização e, não, a imposição que, por não se interiorizar, deixa lacunas passíveis de serem interpretadas segundo interesses pessoais em detrimento dos sociais.

Pode ser entendida como uma espécie de teoria sobre a prática moral, uma reflexão teórica que analisa e critica os fundamentos e princípios que regem determinado sistema moral (ALENCASTRO, 1997; RIOS, 1999).

Vasquez (1995, p. 12) assevera que:

A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano.

A ética depara-se com uma experiência histórico-social no terreno da moral, ou seja, com uma série de práticas morais já em vigor e, por meio delas, procura determinar a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas do sua ação, as fontes da avaliação moral, a sua natureza e a função dos juízos morais, os seus critérios de justificação e o princípio que rege tanto a mudança quanto a sucessão de diferentes sistemas morais.

A ética também estuda a responsabilidade moral das ações dos indivíduos. A decisão de agir em uma situação concreta é um problema

prático-moral, mas investigar se a pessoa pode escolher entre duas ou mais alternativas de ação e agir com base na sua decisão é um problema teórico-ético, que leva em consideração a liberdade e as condições que afetam nossos atos.

5 Panorama do conceito de moral

A ética e a moral, no senso comum, são entendidas como princípios ou padrões de conduta, em decorrência de suas origens – mores, no latim, e *ethos*, no grego, remetem ao sentido de costumes. Por moral, entende-se uma prática moralmente aceita por determinado grupo social, com base em valores e normas que orientam o comportamento dos indivíduos.

Para Rios (1999, p. 20), “[...] o comportamento é o arranjo dos diversos papéis que desempenhamos em sociedade.” Esse comportamento pode ser considerado certo ou errado em diferentes culturas, pois essa distinção se estabelece historicamente, como consequência de uma escala de valores atribuídos pela sociedade.

O conceito de moral foi delimitado por vários investigadores, entre eles, Durkheim (1978), Bicudo (1982), Aristóteles (1991), Rios (1999) e Srour (2000), e será revisto a seguir.

Segundo Durkheim (1978, p. 45),

Se há hoje verdade histórica estabelecida é a que a moral está estritamente relacionada com a natureza das sociedades, pois que [...] ela muda quando as sociedades mudam. É que ela resulta da vida em comum. É a sociedade que nos lança fora de nós mesmos, que nos obriga a considerar outros inte-

resses que não são os nossos, que nos ensina a dominar as paixões, os instintos, e dar-lhes lei, ensinando-nos o sacrifício, a privação, a subordinação dos nossos fins individuais a outros mais elevados.

Sobre a moral, Bicudo (1982, p. 15) argumenta que: “Por um lado, verifica-se que ela se encontra ligada aos usos, aos costumes, aos padrões, às regras sociais, às leis; por outro, que se encontra ligada a princípios de decisões individuais sobre o bom.”

Aristóteles (1991, p. 29) comenta que: “[...] a excelência moral relaciona-se com prazeres e dores; é por causa do prazer que praticamos más ações, e por causa da dor que nos abstermos de ações nobres.”

Conforme Rios (2002, p. 102), a moral “[...] é o conjunto de normas, regras e leis destinado a orientar a ação e a relação social e revela-se no comportamento prático dos indivíduos.”

Srouf (2000, p. 18) explica que as morais são:

Sistemas de normas que expressam valores; códigos formalizados; conjuntos internamente coerentes de princípios ou de propósitos socialmente validados; discursos que servem de trilhos às relações sociais e aos comportamentos dos agentes.

Diante de tais definições, pode-se perceber que há uma significativa diferença entre ética e moral. Enquanto esta varia de uma sociedade para outra e altera-se no tempo e no espaço em consequência das transformações sociais, aquela tem como enfoque central a vida e baseia-se na intencionalidade universal que visa à

sociabilidade dos grupos, podendo ter ou não morais distintas, em decorrência da perspectiva relativista dos grupos sociais e das influências temporais eminentemente históricas.

A moral pode ser entendida como um conjunto de práticas cristalizadas pelos costumes e convenções histórico-sociais, e as normas são os meios pelos quais os valores morais de um grupo social são manifestos e acabam adquirindo caráter impositivo e obrigatório.

Essa dimensão histórica da moral torna-se, por natureza, sempre plural (BOFF, 1997). Pode-se observar que existem morais diferentes em culturas distintas, ou até mesmo na mesma cultura. Há também as morais das categorias profissionais, das religiões e das classes sociais. O importante é notar que se tratam de reproduções da sociedade que elegem determinados comportamentos a serem seguidos pelos indivíduos em um contexto coletivo.

Influenciado pela política e por sua condição de existência, Aristóteles (1982) reforça a idéia de diferentes morais, quando analisa os princípios de igualdade de posições e de justiça para pessoas equivalentes, cidadãos do Estado, excluindo dessa comunidade estrangeiros, escravos e mulheres.

O princípio de justiça de Aristóteles ignora as contradições, justificando a escravidão, o domínio do homem sobre a mulher e a relação entre dominantes (governantes) e dominados (governados) como fatores para alcançar a estabilidade do Estado.

Segundo Severino (2002, p. 96):

Os valores pessoais não são apenas individuais, pois só se é humano quando a existência se realiza nos registros individual e social simultaneamente. Assim, a avaliação ética de

uma ação não se refere apenas a um sujeito; é preciso reportá-la a um índice coletivo.

Nesse contexto, a ética, com base na existência da moral e tendo como ponto de partida a diversidade de morais existente, ajuda a compreender que, em cada sociedade, balizadora das relações entre indivíduos e instituições, há um conjunto de regras, normas e valores.

A ética possui elementos de caráter mais universal, embora também seja afetada pela história de seu tempo. Por isso, não se identifica com os princípios e as normas de nenhuma moral em particular, nem adota atitudes indiferentes ou ecléticas diante delas (ALENCASTRO, 1997).

Para Durkheim (1978, p. 104): “Quanto à moral humana, essa reduz-se então a um pequeno número de princípios cuja violação se limita a ser debilmente reprimida.” Desse questionamento, pode-se concluir que a reflexão moral tanto agrega valor nas ações do sujeito quanto reduz a sua liberdade de agir, pois existe uma relação direta entre moral e comportamento humano, determinada pela própria sociedade, gerando o tempo todo contradições entre os interesses do particular e do universal.

Essa contradição moral dá origem ao estabelecimento de normas e padrões de conduta do indivíduo que podem ser classificadas como voluntárias ou involuntárias. As ações de caráter involuntário podem ser definidas como inatas, pois trata-se de atitudes movidas por compulsão ou por ignorância e que, dificilmente, serão transformadas. Já os comportamentos voluntários são aqueles em que o indivíduo tem controle, portanto, podem ser aprendidos e nascem de um processo de decisão que depen-

derá das circunstâncias e da finalidade da ação (ARISTÓTELES, 1991). Segundo Aristóteles (1991, p. 43), “[...] tudo o que se faz constrangido ou por ignorância é involuntário, o voluntário parece ser aquilo cujo princípio motor se encontra no próprio agente que tenha conhecimento das circunstâncias particulares do ato.”

Os comportamentos voluntários podem se manifestar de duas maneiras: por meio de vícios ou por virtudes que, juntos, compõem o caráter da pessoa. Vale lembrar que as virtudes podem ser de natureza intelectual ou moral.

Ainda para Aristóteles, a virtude intelectual necessita ser desenvolvida por meio de um processo educativo, que compreende a formação e o ensino, enquanto a virtude moral é adquirida pelo hábito por intermédio da repetição de atitudes moralmente aceitas.

Pela repetição de comportamento, que se torna um hábito, adquire-se a virtude moral; daí a origem do nome (*ethiké*) em decorrência de uma pequena modificação na palavra *êthos* (hábito). Por tudo isso, evidencia-se também que nenhuma das virtudes morais surge, espontaneamente, em nós. (ARISTÓTELES, 1991).

Nessa perspectiva, a educação adquire importância no processo de incorporação dos valores morais necessários à convivência em sociedade, o que impõe o desenvolvimento de uma moral que, pelas ações práticas, incute nesses sujeitos hábitos que os tornam bons, enquanto cidadãos.

De acordo com Severino (2002, p. 46),

Pela práxis o homem opera e age. Ela é o movimento que articula dialeticamente a operação e a reflexão, a teoria e a prática. Para que a ação humana seja criadora e transformadora, precisa ser uma prática intencionali-

zada pela teoria e pela significação. A teoria, separada da prática, seria puramente contemplativa e, como tal, ineficaz sobre o real; a prática, desprovida da significação teórica, seria pura operação mecânica, atividade cega.

Estudiosos, como Durkheim (1978), Bicudo (1982) e Aristóteles (1991), demonstram que há possibilidade de modificar as atitudes morais, por meio de ações educativas que trabalhem não só a reflexão e aplicação de normas, como também a concepção de ética e formação de alunos dos cursos de Administração de Empresas.

6 Ementas curriculares da disciplina ética profissional

Os textos das ementas da disciplina ética profissional dos cursos de Administração de Empresas foram verificados com o propósito de identificar o enfoque que deveria ser dado a essa disciplina para a formação do administrador empresarial. Segue-se a descrição de algumas ementas da disciplina, com as nomenclaturas das instituições investigadas:

1ª instituição – Ética aplicada à administração

“Estuda conceitos de Ética Geral e Profissional, as doutrinas que fundamentam as diferentes morais, os direitos, obrigações e dilemas profissionais do administrador de empresas, Código de Ética do Administrador (CRA-SP), desenvolvendo a habilidade de analisar as implicações éticas no processo de tomada de decisão e da cidadania.”

2ª instituição – Ética e negócios

“Discutir os princípios éticos envolvidos na gestão de negócios, a responsabilidade social da empresa e o papel do administrador como agente do processo de mudança organizacional e social.”

3ª instituição – Ética geral e profissional

“Compreensão dos conceitos da ética clássica e moderna, identificando os projetos éticos da modernidade, na perspectiva de se estabelecer nexos com a sociedade atual e sua relação com a profissão do administrador. Ênfase no comportamento ético profissional e sua prática dentro das organizações empresariais e na sociedade de modo geral.”

4ª instituição – Ética e negócios

“Abordagens de estudo de ética e principais conceitos associados; problemas éticos contemporâneos; ética e economia; competitividade e capital social; ética profissional no campo da Administração; ética nas organizações; responsabilidade social e empresarial.”

7 Considerações Finais

Com base nas ementas apresentadas dos cursos de Administração de Empresas, pode-se observar que os textos apontam para, pelo menos, duas grandes preocupações: por um lado, expressam inquietação em relação à responsabilidade social e a cidadania, temas discutidos nos últimos anos em meios acadêmicos, conselhos de administração e ambientes organizacionais. Tais assuntos, ao serem abordados nos programas de graduação em Administração de Empresas, passam a ser vistos como dife-

renciais e se apresentam compromissados com a sociedade. De outro, os textos das ementas fazem menção à moral, levando em conta as questões relacionadas a comportamentos, práticas, direitos e obrigações que se apresentam no ambiente organizacional e são regulamentados pelo Código de Ética do Administrador de Empresas.

Observa-se também que a questão da conscientização não é abordada, ao menos explicitamente, em nenhuma das ementas da disciplina ética profissional apresentadas anteriormente. Com relação à conscientização,

O moralismo reduz a ética a banalidades, transforma a vida moral em assunto de trivial importância. Ele amputa radicalmente a complexidade da ética, reduzindo-a a dimensões manipuláveis de pequenez moral, capaz de ser reduzida a um código, cujo seguimento tranqüiliza a consciência. (LEISENGER; SCHMITT, 2001, p.19).

Desse modo, a não-transformação dessa disciplina (ética) em um complemento das matérias de direito e filosofia dependerá da formação, da conscientização, do compromisso e da base teórica do professor em relação àquele conteúdo, para a escolha do melhor método a ser desenvolvido em sala de aula.

Reflections on ethics and its presence in the business management graduation courses

In consequence of the Brazilian political moment nowadays, we had never heard so many

discussions on ethics and its application before. The main proposal of this paper is to raise a discussion on ethics followed by some of its possible definitions which we are used to in the academic scenario, trying to establish a parallel with the moral concept. It is also intended to localize ethics subject in the graduation courses curriculum as a formative element of the professionals that will be in business.

Key words: Ethics. Moral. Teaching.

Referências

- ALENCASTRO, M. *A importância da ética na formação de recursos humanos*. São Paulo: Fundação Biblioteca Nacional, n. 197. 147, livro 339, 1997.
- ALVAREZ, M. S. B.; ANDRADE, R. O. B. de (Coord.). *Bibliografia de referências para os cursos de administração*. Rio de Janeiro: Dominarte, 2002.
- ARISTÓTELES. *Ética e Nicômaco*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- ARRUDA, M. C. C. de et al. *Fundamentos de ética empresarial e econômica*. São Paulo: Atlas, 2001.
- _____. A ética nos negócios. *Revista de Administração de Empresas*, v. 29, n. 3, p. 73-80, jul./set. 1989.
- _____. *Código de ética: um instrumento que adiciona valor*. São Paulo: Negócios, 2002.
- _____. *Ética na administração de marketing*. 1986. Tese (Mestrado em Ciências Sociais)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. Disponível em: <<http://www.angrad.org.br>>. Acesso em: 18 maio 2005.
- BICUDO, M. A. V. *Fundamentos éticos da educação*. São Paulo: Cortez, 1982.
- BOFF, L. *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Disponível em: <www.cfa.org.br>. Acesso em: 24 ago. 2004.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
Disponível em: <www.crasp.org.br> .Acesso em: 24
ago. 2004.

DURKHEIM, E. *Educação e sociologia com um estudo da obra de Durkheim pelo Prof. Paul Fauconnet*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

GOHN, M. da G. M. Classes sociais e movimentos sociais. Artigo publicado na revista *Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2: Crise contemporânea, questão social e serviço social*. Brasília, DF: Cead, 1999. p. 44.

_____. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001d.

_____. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001b.

_____. *Movimentos sociais e educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001c.

_____. *O protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005b.

_____. *Teorias dos movimentos sociais*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2005a.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOLLANDA, A. B. de. *Dicionário eletrônico em CD – ROM*, 1999.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda.

INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA Disponível em: <www.edudatabrasil.inep.gov.br>. Acesso em: 18 maio 2005.

ITELVINO, L. da S. *A concepção de ética na formação de alunos do curso de Administração de Empresas*. 2005. Tese (Mestrado)-Faculdade de Educação, Centro Universitário Nove de Julho – Uninove, São Paulo, 2005.

LEISINGER, K. M.; SCHMITT, K. *Ética empresarial: responsabilidade global e gerenciamento moderno*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

QUEIROZ, J. J. (Org.). *Ética no mundo de hoje*. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 1985.

RIOS, T. A. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Ética e competência*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Questões da Nossa Época, v. 16).

SAVATER, F. *Ética para meu filho*. Tradução Mônica Stahel. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SEVERINO, A. J. *Educação, sujeito e história*. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

SROUR, Robert Henry. *Ética empresarial*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VÁZQUEZ, A. S. *Ética*. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.